



Gastone Righi (PTB-SP)



João Gilberto (PMDB-MG)



Pimenta da Veiga (PMDB-MG)



Humberto Souto (PFL-MG)



Ernani Sátiro (PDS-PA)

Para Deputados, comissões fortes tornariam o Congresso mais ágil

BRASÍLIA — 1) Maior poder às comissões para liberar o plenário; 2) descentralização do poder da Mesa; 3) extinção do voto de liderança. Estes são alguns pontos, polêmicos ainda, que poderão figurar na proposta de reforma do Regimento Interno da Câmara, a cargo de uma Comissão Interpartidária criada em junho. Para os Deputados há uma dúvida: como muitos itens dependem de mudanças na Constituição, a reforma do Regimento deve ou não preceder à reforma constitucional? Muitos entendem que para solucionar o esvaziamento da atividade parlamentar não basta reformular as leis, é preciso restabelecer as prerrogativas do Congresso, o que somente é possível através de reforma da Constituição.

Modificado pela última vez em 1972 e elaborado para o bipartidarismo, o atual Regimento é considerado um reflexo do regime autoritário e hoje esbarra em uma série de dificuldades em face da nova realidade política e do pluripartidarismo. Levando em conta, a Comissão Interpartidária que estuda a sua modificação deu a si mesma prazo até novembro para apresentar um anteprojeto.

Decisão é aliviar o plenário que os projetos de caráter 'eleitoral' quase inviabilizam

Uma proposição dispondo sobre a lavagem de batatas, outra proibindo soar buzina depois que o calouro começar a cantar, além de propostas como a do Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), mudando a primeira estrofe da segunda parte do Hino Nacional — "Deitado eternamente em berço esplêndido" — por entender que é um estímulo à preguiça nacional. Projetos como esses ocupam hoje as prateleiras das comissões técnicas e do Depósito da Câmara, reforçando um debate que começa a crescer com a reforma do Regimen-

to Interno: é preciso aliviar o plenário e a pauta de votações. No Depósito estão empilhados, à espera de uma chance para votação, mais de seis mil projetos (a mesa da Casa recebe uma média de 10 a 12 por dia).

A maioria, reconhecem os Deputados, não chega à tramitação final. É constituída dos chamados projetos estatísticos ou de "impressão digital", como diz o relator da Comissão Interpartidária para a Reforma do Regimento, Deputado Ernani Sátiro (PDS-PB). Com o objetivo de garantir ganhos eleitorais ou a sua divulgação no programa "A Voz do Brasil", eles são apresentados por seus autores, mesmo não tendo a menor chance de chegar ao plenário.

— A Ordem do Dia (pauta de votações) é uma violência. Votam-se projetos com erros crassos — queixa-se o Líder do PTB, Gastone Righi.

Abarrotadas de projetos para analisar, as comissões limitam-se a dar pareceres que muitas vezes não são levados em consideração durante as votações em plenário. Pelo Regimento, um projeto só pode ser arquivado nas comissões quando ouver deliberação unânime de seus membros.

A plethora de projetos, que faz com que haja centenas de propostas sobre um mesmo assunto, é explicada pelo Deputado João Gilberto (PMDB-RS) como um vício antigo, reflexo do esvaziamento da atividade parlamentar. Durante a ditadura, segundo Gilberto, procurou-se dar ao Congresso uma aparência de funcionamento. Como os Deputados não podiam decidir a política, preocupavam-se em apresentar trabalho.

— Sou a favor de restrições que estabeleçam um prazo para o projeto tramitar. Um país não funciona pior ou melhor pelo número de leis. O Deputado precisa entender que o projeto não é seu filho — diz João. Gilberto.

Apesar de prevista no Regimento, a anexação de projetos, até por uma questão de vaidade dos Deputados, nunca é feita.

Na Inglaterra, lembra o Líder do PMDB, Pimenta da Veiga, um De-

putado não apresenta projetos: isso é atribuição das lideranças.

— Não que eu esteja reivindicando isso. A eficiência do Congresso não pode ser medida pelo número de projetos, mas sim pela ação legislativa. E a ação política não pode ser relegada a segundo plano.

Convocar ministros com direito a replicar afirmações é uma reivindicação generalizada

Pimenta defende maior poder para as comissões e a redução do tempo das sessões da Câmara. As votações devem ser concentradas em determinados dias: o Congresso, segundo ele, precisa ter a preocupação de fazer leis gerais e não estatísticas, e o plenário só deve ser chamado para aprovação.

Gastone Righi também defende a destinação de maior poder às comissões, que deliberariam se o projeto deve ser votado ou arquivado. No caso de arquivamento, o autor teria direito a recorrer da decisão em plenário. Righi considera o atual Regimento totalmente inadaptável à realidade política. O plenário, diz ele, é um verdadeiro hortifrutigranjeiro.

— Um fala de bomba atômica, outro dos problemas da sua cidade lá no interior.

Como diz o Presidente da Comissão Interpartidária de Reforma do Regimento, Humberto Souto (PFL-MG), "não há quem agüente ficar cinco horas num plenário ouvindo discursos fluviais". Esse desestímulo, um dos motivos do esvaziamento do plenário, segundo ele, está ligado diretamente à falta de prerrogativas do Congresso.

— Estão obrigando os Deputados a atuarem como funcionários públicos, a bater ponto no plenário. A atividade parlamentar não se restringe ao plenário. É preciso mudar o Regimento, mudar a Constituição na parte que trata da atividade legislativa. E o principal: restabelecer as prerrogativas do Congresso — afirma

Humberto Souto.

Pimenta da Veiga reforça sua tese de que a ação política do parlamentar é fundamental: para ele, é preciso não só diminuir a sessão, como dar mais liberdade para os Deputados fazerem grandes pronunciamentos. Se um Ministro faz um ato incorreto e o Congresso se manifesta, difficilmente ele se manterá no poder, justifica.

Pimenta acha que não basta a reforma do Regimento para solucionar esses problemas: há que se reformar a Constituição e restabelecer as prerrogativas do Congresso.

Ele atribui o esvaziamento da atividade parlamentar ao "amesquinhamento" que a Câmara sofreu, devido a práticas equivocadas adotadas no regime autoritário. Mas é otimista:

— São coisas que serão corrigidas. O Congresso está se adaptando aos tempos da Nova República. O Judiciário também tem defeitos e precisa igualmente fazer alterações.

O voto de liderança — artifício que permite aos líderes dos partidos aprovar ou rejeitar projetos em nome de toda a bancada — promete ser um dos pontos mais polêmicos da reforma do Regimento Interno. Grande número de parlamentares defende sua extinção, mas reconhece que a ideia é uma faca de dois gumes: os Deputados terão de comparecer efetivamente ao plenário para as votações.

— Se for extinto, aí mesmo é que não se votará nada nesta Casa — comenta um integrante da Mesa da Câmara, diante do plenário quase vazio.

A resistência de alguns parlamentares se deve também a um fato: em caso de eleições, como agora, em que vários Deputados deixaram Brasília para fazer campanha, a única saída para não provocar um acúmulo ainda maior de projetos é o voto de liderança, que dispensa a presença maciça das bancadas no plenário.

Para o Líder do PFL, José Lourenço, o voto de liderança pode ser modificado mas sua extinção não interessa nem à Câmara nem aos Deputados, que serão obrigados a gastar horas no plenário votando, na maioria das vezes, os chamados projetos estatísticos, que "não despertam o menor interesse". O Líder do PDT, Nadir Rossetti, acha que o voto de liderança deve existir apenas para orientar a bancada.

Extinção do voto de liderança é 'faca de 2 gumes': obriga todos à presença diária

Gastone Righi, Líder do PTB, sugere que o voto de liderança seja mantido, desde que passe antes pela aprovação da bancada, que se reunirá para avaliar os projetos.

O Líder do PMDB, Pimenta da Veiga, ao mesmo tempo em que admite a extinção do voto de liderança, avverte que o Congresso não pode ficar paralisado e diz que esse sistema é válido quando a bancada está de acordo. Ele não quer externar por enquanto, uma posição sobre o assunto.

O próprio Pimenta, na votação do projeto do Sul Brasileiro, em que foi aprovada uma verba de Cr\$ 900 bilhões para salvar o grupo, é acusado por vários de seus líderados de ter votado contra a vontade de boa parte da bancada.

— Por que, então, não se pediu verificação de votação durante a apreciação da matéria? — perguntam alguns Deputados.

A verificação de votação, que só pode ser pedida por um parlamentar quando este tiver o apoio de pelo menos 20 outros, é a única forma de se eliminar o voto de liderança. Nesse caso, a votação é feita pelo painel eletrônico ou por chamada normal.

A necessidade de reformar o Regimento não é recente: atualmente tramitam na Câmara 66 projetos de resolução mudando normas, horários, funcionamento das sessões ou criando comissões. Só para criação de comissões, somando as propostas apresentadas à Comissão de Reforma do Regimento, existem mais de 50.